Editora Solução
a solução para o seu concurso!

SEMUSA - RO

Terapeuta Ocupacional

SL-261ST-26
7901183010394

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos 9
2. Gêneros e tipos de textos 12
3. Variação linguística: diversidade de usos da língua 18
4. Discursos direto, indireto e indireto livre 19
5. Coerência e coesão textuais 21
6. Estratégias argumentativas 25
7. Processos de formação de palavras 26
8. Classes de palavras: identificação, flexão e emprego de substantivos, adjetivos, pronomes, verbos, advérbios, preposições e conjunções. Verbo: flexão, conjugação, correlação dos modos e tempos verbais, vozes 31
9. Estrutura da oração e do período: aspectos sintáticos e semânticos 44
10. Concordância verbal e nominal 48
11. Regência verbal e nominal 52
12. Uso dos pronomes relativos 56
13. Colocação dos pronomes pessoais oblíquos átonos 56
14. Emprego do sinal indicativo da crase 58
15. Usos da pontuação 60
16. Ortografia oficial. 62
17. Acentuação gráfica 66

Raciocínio Lógico

1. Conjuntos numéricos: naturais, inteiros, racionais e reais. Operações de adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação; números decimais; valor absoluto; propriedades no conjunto dos números naturais; decomposição de um número natural em fatores primos; múltiplos e divisores; máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum 79
2. Razões e proporções: grandezas direta e inversamente proporcionais; regra de três simples e composta 94
3. Porcentagem 96
4. Grandezas e medidas: quantidade, tempo, comprimento, capacidade e massa 98
5. Equações do 1º grau, sistemas de equações do 1º grau e função do 1º grau: resolução de problemas. 103
6. Média aritmética simples e ponderada 109
7. Noções de lógica matemática: proposições simples e compostas; conectivos lógicos; tabelas-verdade; negação de proposições; equivalências e implicações lógicas; quantificadores 109
8. Argumentação lógica: premissas e conclusões; inferências; análise e validade de argumentos. 123
9. Diagramas lógicos; Linguagem dos conjuntos: notação e representação; elementos e relação de pertinência; igualdade de conjuntos; relação de inclusão e subconjuntos; conjunto unitário, conjunto vazio, conjunto universo e conjunto das partes; conjuntos finitos e infinitos; operações com conjuntos - união, interseção, diferença e complementar 127
10. Sequências lógicas com números, letras, palavras e figuras 131
11. Problemas de associação lógica e de verdades e mentiras 132
12. Análise combinatória: princípio fundamental da contagem, arranjos, permutações e combinações. 138
13. Probabilidade: conceitos básicos e cálculo de probabilidades em espaços amostrais finitos 140
14. Resolução de problemas envolvendo raciocínio lógico e sequencial 141

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Conhecimentos Gerais e Atualidades

1. Cultura Geral: Fatos Políticos econômicos e sociais do Município, do Estado, do Brasil e do mundo ocorridos nos últimos 05 (cinco) anos, divulgados na mídia nacional e internacional; Atualidades nos assuntos relacionados com economia, ecologia, história, política, meio ambiente, justiça, segurança pública, saúde, cultura, educação, religião, qualidade de vida, esportes, turismo, georreferenciamento, inovações tecnológicas e científicas do Município, do Estado, do Brasil e do mundo; Humanidades: movimentos artísticos, culturais e sociais do Município, do Estado, do Brasil e do mundo; Questões da realidade, econômica, cultural, história, geográfica e socioambiental do Município, do Estado, do Brasil e do mundo 147
2. Conhecimentos Gerais e Atualidades: aspectos geográficos, históricos, físicos, econômicos, sociais, políticos e estatísticos do Município, do Estado, do Brasil e do mundo 147
3. Noções de cidadania: Símbolos nacionais, estaduais e municipais 151
4. Notícias em Geral: Site da Prefeitura de Porto Velho/RO 155

Legislação Saúde

1. Legislação e Saúde Pública: Constituição da República Federativa do Brasil, com as Emendas Constitucionais: arts. 196 a 200 163
2. Sistema Único de Saúde (SUS): história do sistema de saúde no Brasil 165
3. Reforma Sanitária Brasileira; concepção, princípios, diretrizes e organização do SUS 166
4. Lei Orgânica da Saúde; participação e controle social; modelos de atenção à saúde; regionalização e descentralização; redes de atenção à saúde; atenção à saúde no SUS; Legislação Federal de Saúde Pública: Lei Federal nº 8.080/1990 e alterações 167
5. Lei Federal nº 8.142/1990 e alterações. Legislação e normas vigentes relacionadas à organização, ao funcionamento, ao financiamento, à participação e ao controle social do SUS 178
6. Atenção Primária à Saúde (APS): conceitos, princípios e atributos 179
7. Atenção Básica: Política Nacional de Atenção Básica (PNAB); Estratégia Saúde da Família; Equipes e organização da Atenção Primária à Saúde; Territorialização 181
8. Cadastramento e adscrição da população 186
9. Ações de promoção, prevenção, proteção e recuperação da saúde; Coordenação do cuidado e ordenação das Redes de Atenção à Saúde 187
10. Vigilância em Saúde: conceitos, princípios e evolução da Vigilância em Saúde; Organização e atuação da Vigilância em Saúde nas três esferas de gestão do SUS; Componentes e elementos da Vigilância em Saúde; Vigilância Epidemiológica; Vigilância Sanitária; Vigilância em Saúde Ambiental; Vigilância em Saúde do Trabalhador; Vigilância de doenças, agravos e eventos de saúde pública; Vigilância epidemiológica e investigação de surtos 188
11. Notificação compulsória; Investigação epidemiológica; Monitoramento e resposta a surtos e epidemias 189
12. Sistemas de informação utilizados na Vigilância em Saúde 193
13. Vigilância Epidemiológica: conceitos, objetivos e atribuições; Vigilância epidemiológica das doenças transmissíveis; Vigilância epidemiológica das doenças e agravos não transmissíveis; Investigação de casos e surtos; Medidas de prevenção e controle 198
14. Imunização e vigilância das coberturas vacinais 200
15. Vigilância Sanitária: conceitos, objetivos e atribuições; Ações de prevenção e controle de riscos à saúde; Fiscalização, inspeção e monitoramento sanitário 202
16. Vigilância em Saúde Ambiental: conceitos e campos de atuação; Vigilância de fatores ambientais relacionados à saúde; Qualidade da água para consumo humano; Vigilância de populações expostas a contaminantes ambientais; Doenças e agravos relacionados a fatores ambientais 205
17. Vigilância em Saúde do Trabalhador: conceitos, princípios e atribuições; Promoção e proteção da saúde dos trabalhadores: Investigação e notificação dos agravos relacionados ao trabalho; Prevenção e controle dos riscos e doenças relacionados aos processos e ambientes de trabalho 209

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

18. Epidemiologia: conceitos básicos, objetivos e aplicações 210
19. História natural das doenças e níveis de prevenção 215
20. Notificação compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública; Medidas de frequência e ocorrência de doenças e agravos 219
21. Indicadores de saúde: Incidência, prevalência, mortalidade e letalidade 221
22. Tipos de estudos epidemiológicos 224
23. Avaliação de serviços e programas de saúde 226
24. Sistemas de Informação em Saúde: conceitos, finalidade e utilização; Sistemas de informação de interesse para o SUS e para a Vigilância em Saúde 231
25. Registro, processamento, análise e utilização dos dados para o planejamento, monitoramento e avaliação das ações e serviços de saúde 234
26. Documentos e normas técnicas do Ministério da Saúde: Guia de Vigilância em Saúde, 6ª edição revisada, e atualizações 239
27. Guia de Vigilância Integrada da Covid-19, Influenza e outros vírus respiratórios de importância em saúde pública e atualizações 239

Conhecimentos Específicos
Terapeuta Ocupacional

1. Código de Ética e Deontologia Profissional da Terapia Ocupaciona 245
2. Sistema Único de Saúde (SUS) 254
3. Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) 254
4. Terapia Ocupacional na Atenção à Saúde da Criança 258
5. Terapia Ocupacional na Atenção à Saúde do Adulto 262
6. Terapia Ocupacional na Atenção à Saúde do Idoso 265
7. Terapia Ocupacional em Programas de Saúde Mental 268
8. Terapia Ocupacional em Programas de Saúde Coletiva 271
9. Terapia Ocupacional em Programas de Saúde Pública 274
10. Terapia Ocupacional em Programas de Contextos Hospitalares 278
11. Terapia Ocupacional em Programas de Assistência Social 281
12. Ocupação e Saúde 284
13. Processo Terapêutico Ocupacional 287
14. Comunicação em Terapia Ocupacional 291
15. Modelos, Métodos e Práticas da Terapia Ocupacional 294
16. Prática da Terapia Ocupacional em Cuidado Individual 298
17. Prática da Terapia Ocupacional em Cuidado Coletivo 302
18. Prática da Terapia Ocupacional em Cuidado ao Usuário SUS 305
19. Prática da Terapia Ocupacional em Cuidado dos Familiares e Cuidadores 309
20. Prática da Terapia Ocupacional em Diferentes Equipamentos de Saúde 313
21. Prática da Terapia Ocupacional em Cuidado em Domicílios 316
22. Prática da Terapia Ocupacional em Diferentes Modalidades, Cenários e Contextos 320
23. Avaliação e Tratamento em Terapia Ocupacional com Diferentes Condições de Saúde 324
24. Avaliação e Tratamento em Terapia Ocupacional das Funções e Estruturas do Corpo 328
25. Avaliação e Tratamento em Terapia Ocupacional dos Fatores Ambientais 332

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

26. Avaliação e Tratamento em Terapia Ocupacional dos Fatores Pessoais 336
27. Avaliação e Tratamento em Terapia Ocupacional das Atividades e da Participação no Autocuidado, Trabalho e Lazer 339
28. Órteses, Adaptações e Tecnologia Assistiva 343
29. Prática Baseada em Evidência em Terapia Ocupacional 347
30. Raciocínio Clínico ou Profissional em Terapia Ocupacional 351
31. História da terapia ocupacional no Brasil e na saúde mental; Reforma psiquiátrica; Políticas Públicas de Saúde Mental; Reabilitação psicossocial; Atenção aos usuários de álcool e outras drogas. Ações em saúde mental 355
32. Psicopatologia 359
33. Projeto Terapêutico Singular 362
34. Desempenho Ocupacional e Saúde Mental 366

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

Conceito de Compreensão

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita , ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema , os fatos e os argumentos centrais.

▸ A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais , que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário :** O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.
- **Sintaxe:** A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.
- **Coesão e coerência:** são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

▸ A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textosnão-verbais , que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

- **Cores:** As cores desempenham um papel comunicativo importante em muitos contextos, evocando emoções ou sugerindo informações adicionais. Por exemplo, em um gráfico, cores diferentes podem representar categorias distintas de dados.
- **Formas e símbolos:** Cada forma ou símbolo em um texto visual pode carregar um significado próprio, como sinais de trânsito ou logotipos de marcas. A correta interpretação desses elementos depende do conhecimento prévio do leitor sobre seu uso.
- **Gestos e expressões:** Em um contexto de comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou em uma apresentação oral acompanhada de gestos, a compreensão se dá ao identificar e entender as nuances de cada movimento.

▸ Fatores que Influenciam a Compreensão

A compreensão, seja de textos verbais ou não-verbais, pode ser afetada por diversos fatores, entre eles:

- **Conhecimento prévio:** Quanto mais familiarizado o leitor estiver com o tema abordado, maior será sua capacidade de compreender o texto. Por exemplo, um leitor que já conhece o contexto histórico de um fato poderá compreender melhor uma notícia sobre ele.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

▪ **Contexto:** O ambiente ou a situação em que o texto é apresentado também influencia a compreensão. Um texto jornalístico, por exemplo, traz uma mensagem diferente dependendo de seu contexto histórico ou social.

▪ **Objetivos da leitura:** O propósito com o qual o leitor aborda o texto impacta a profundidade da compreensão. Se a leitura for para estudo, o leitor provavelmente será mais minucioso do que em uma leitura por lazer.

▸ **Compreensão como Base para a Interpretação**

A compreensão é o primeiro passo no processo de leitura e análise de qualquer texto. Sem uma compreensão clara e objetiva, não é possível seguir para uma etapa mais profunda, que envolve a interpretação e a formulação de inferências. Somente após a decodificação do que está explicitamente presente no texto, o leitor poderá avançar para uma análise mais subjetiva e crítica, onde ele começará a trazer suas próprias ideias e reflexões sobre o que foi lido.

A compreensão textual é um processo que envolve a decodificação de elementos verbais e não-verbais, permitindo ao leitor captar a mensagem essencial do conteúdo. Ela exige atenção, familiaridade com as estruturas linguísticas ou visuais e, muitas vezes, o uso de recursos complementares, como dicionários. Ao dominar a compreensão, o leitor cria uma base sólida para interpretar textos de maneira mais profunda e crítica.

Textos Verbais e Não-Verbais

Na comunicação, os textos podem ser classificados em duas categorias principais:verbais e não-verbais . Cada tipo de texto utiliza diferentes recursos e linguagens para transmitir suas mensagens, sendo fundamental que o leitor ou observador saiba identificar e interpretar corretamente as especificidades de cada um.

▸ **Textos Verbais**

Os textos verbais são aqueles constituídos pela linguagem escrita ou falada, onde as palavras são o principal meio de comunicação. Eles estão presentes em inúmeros formatos, como livros, artigos, notícias, discursos, entre outros. A linguagem verbal se apoia em uma estrutura gramatical, com regras que organizam as palavras e frases para transmitir a mensagem de forma coesa e compreensível.

Características dos Textos Verbais:

▪ **Estrutura Sintática:** As frases seguem uma ordem gramatical que facilita a decodificação da mensagem.

▪ **Uso de Palavras:** As palavras são escolhidas com base em seu significado e função dentro do texto, permitindo ao leitor captar as ideias expressas.

▪ **Coesão e Coerência:** A conexão entre frases, parágrafos e ideias deve ser clara, para que o leitor compreenda a linha de raciocínio do autor.

Exemplos de textos verbais incluem:

▪ **Livros e artigos:** Onde há um desenvolvimento contínuo de ideias, apoiado em argumentos e explicações detalhadas.

▪ **Diálogos e conversas:** Que utilizam a oralidade para interações mais diretas e dinâmicas.

▪ **Panfletos e propagandas:** Usam a linguagem verbal de forma concisa e direta para transmitir uma mensagem específica.

A compreensão de um texto verbal envolve a decodificação de palavras e a análise de como elas se conectam para construir significado. É essencial que o leitor identifique o tema, os argumentos centrais e as intenções do autor, além de perceber possíveis figuras de linguagem ou ambiguidades.

▸ **Textos Não-Verbais**

Os textos não-verbais utilizam elementos visuais para se comunicar, como imagens, símbolos, gestos, cores e formas. Embora não usem palavras diretamente, esses textos transmitem mensagens completas e são amplamente utilizados em contextos visuais, como artes visuais, placas de sinalização, fotografias, entre outros.

Características dos Textos Não-Verbais:

▪ **Imagens e símbolos:** Carregam significados culturais e contextuais que devem ser reconhecidos pelo observador.

▪ **Cores e formas:** Podem ser usadas para evocar emoções ou destacar informações específicas. Por exemplo, a cor vermelha em muitos contextos pode representar perigo ou atenção.

▪ **Gestos e expressões:** Na comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou na expressão facial, o corpo desempenha o papel de transmitir a mensagem.

Exemplos de textos não-verbais incluem:

▪ **Obras de arte:** Como pinturas ou esculturas, que comunicam ideias, emoções ou narrativas através de elementos visuais.

▪ **Sinais de trânsito:** Que utilizam formas e cores para orientar os motoristas, dispensando a necessidade de palavras.

▪ **Infográficos:** Combinações de gráficos e imagens que transmitem informações complexas de forma visualmente acessível.

A interpretação de textos não-verbais exige uma análise diferente da dos textos verbais. É necessário entender os códigos visuais que compõem a mensagem, como as cores, a composição das imagens e os elementos simbólicos utilizados. Além disso, o contexto cultural é crucial, pois muitos símbolos ou gestos podem ter significados diferentes dependendo da região ou da sociedade em que são usados.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

RACIOCÍNIO LÓGICO

CONJUNTOS NUMÉRICOS: NATURAIS, INTEIROS, RACIONAIS E REAIS. OPERAÇÕES DE ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO, DIVISÃO, POTENCIAÇÃO E RADICIAÇÃO; NÚMEROS DECIMAIS; VALOR ABSOLUTO; PROPRIEDADES NO CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS; DECOMPOSIÇÃO DE UM NÚMERO NATURAL EM FATORES PRIMOS; MÚLTIPLOS E DIVISORES; MÁXIMO DIVISOR COMUM E MÍNIMO MÚLTIPLO COMUM

A história dos conjuntos numéricos reflete a evolução do pensamento matemático e a necessidade de representar diferentes tipos de quantidades. Desde os tempos antigos, os seres humanos sentiram a necessidade de contar e medir, o que levou ao surgimento dos números naturais ($\mathbb{N}$). Esses números, utilizados para a contagem e a representação de quantidades inteiras e positivas, foram essenciais nas primeiras civilizações, como a suméria e a egípcia.

Com o desenvolvimento do comércio e a necessidade de lidar com perdas e débitos, surgiu a noção de números negativos, levando à criação do conjunto dos números inteiros ($\mathbb{Z}$). Este avanço permitiu representar tanto ganhos quanto perdas, enriquecendo a aritmética da época.

A descoberta das frações, que são representadas pelos números racionais ($\mathbb{Q}$), marcou outro passo importante. Esses números foram usados para expressar divisões e proporções, sendo fundamentais em atividades como agricultura, construção e comércio.

No entanto, nem todas as quantidades podiam ser representadas por frações, levando à descoberta dos números irracionais, como a raiz quadrada de 2. Isso expandiu o conjunto dos números racionais para formar os números reais ($\mathbb{R}$), que incluem tanto os racionais quanto os irracionais e são essenciais para descrever uma linha contínua de valores.

Finalmente, no século XVI, os matemáticos introduziram os números complexos ($\mathbb{C}$) para resolver equações que não tinham soluções no Conjunto dos Números Reais. Embora inicialmente abstratos, os números complexos encontraram aplicações práticas significativas, especialmente na engenharia e na física.

Essa evolução histórica dos conjuntos numéricos ilustra como a matemática tem se adaptado para resolver problemas cada vez mais complexos, refletindo o progresso do conhecimento humano ao longo dos séculos.

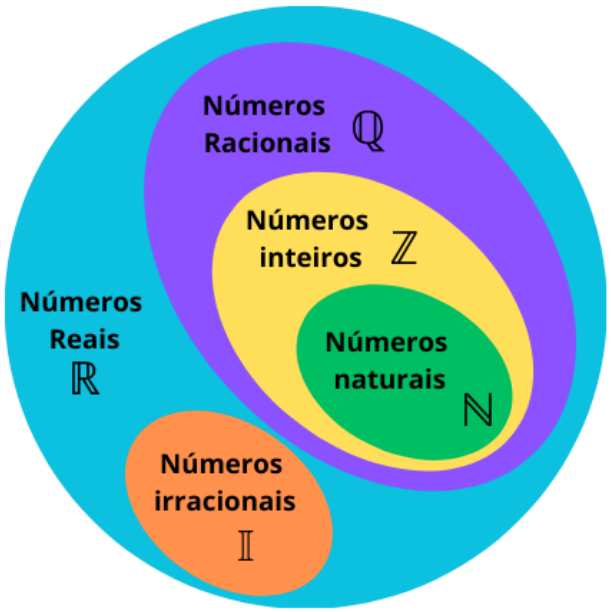
A seguir, veremos as definições e as propriedades essenciais dos conjuntos de números naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais e complexos:

Conjuntos Numéricos

O agrupamento de termos ou elementos que associam características semelhantes é denominado conjunto. Quando aplicamos essa ideia à matemática, se os elementos com características semelhantes são números, referimo-nos a esses agrupamentos como conjuntos numéricos.

Em geral, os conjuntos numéricos podem ser representados graficamente ou de maneira extensiva, sendo esta última a forma mais comum ao lidar com operações matemáticas. Na representação extensiva, os números são listados entre chaves {}. Caso o conjunto seja infinito, ou seja, contenha uma quantidade incontável de números, utilizamos reticências após listar alguns exemplos. Exemplo: N = {0, 1, 2, 3, 4, ...}.

Existem cinco conjuntos considerados essenciais, pois são os mais utilizados em problemas e questões durante o estudo da Matemática. Esses conjuntos são os Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais e Reais.



Conjunto dos Números Naturais (N)

O conjunto dos números naturais é simbolizado pela letra N e compreende os números utilizados para contar e ordenar. Esse conjunto inclui o zero e todos os números positivos, formando uma sequência infinita.

Em termos matemáticos, os números naturais podem ser definidos como N = {0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, ...}

O conjunto dos números naturais pode ser dividido em subconjuntos:

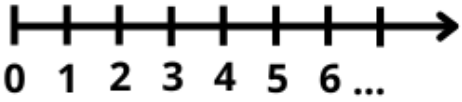
Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

N* = {1, 2, 3, 4...} ou N* = N – {0}: conjunto dos números naturais não nulos, ou sem o zero.

Np = {0, 2, 4, 6...}, em que n ∈ N: conjunto dos números naturais pares.

Ni = {1, 3, 5, 7..}, em que n ∈ N: conjunto dos números naturais ímpares.

P = {2, 3, 5, 7..}: conjunto dos números naturais primos.



- **Operações com Números Naturais**

Praticamente, toda a Matemática é edificada sobre essas duas operações fundamentais: adição e multiplicação.

Adição de Números Naturais

A primeira operação essencial da Aritmética tem como objetivo reunir em um único número todas as unidades de dois ou mais números.

Exemplo: *6 + 4 = 10, onde 6 e 4 são as parcelas e 10 é a soma ou o total.*

Subtração de Números Naturais

É utilizada quando precisamos retirar uma quantidade de outra; é a operação inversa da adição. A subtração é válida apenas nos números naturais quando subtraímos o maior número do menor, ou seja, quando a-b tal que a ≥ b.

Exemplo: *200 – 193 = 7, onde 200 é o minuendo, 193 é o subtraendo e 7 é a diferença.*

- **Obs.:** o minuendo também é conhecido como aditivo e o subtraendo como subtrativo.

Multiplicação de Números Naturais

É a operação que visa adicionar o primeiro número, denominado multiplicando ou parcela, tantas vezes quantas são as unidades do segundo número, chamado multiplicador.

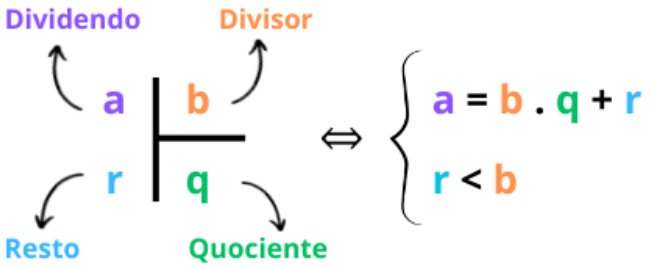
Exemplo: *3 x 5 = 15, onde 3 e 5 são os fatores e 15 é o produto.*

- 3 vezes 5 é somar o número 3 cinco vezes: 3 x 5 = 3 + 3 + 3 + 3 + 3 = 15. Podemos no lugar do "x" (vezes) utilizar o ponto ". ", para indicar a multiplicação).

Divisão de Números Naturais

Dados dois números naturais, às vezes precisamos saber quantas vezes o segundo está contido no primeiro. O primeiro número, que é o maior, é chamado de dividendo, e o outro número, que é menor, é o divisor. O resultado da divisão é chamado de quociente. Se multiplicarmos o divisor pelo quociente e somarmos o resto, obtemos o dividendo.

No conjunto dos números naturais, a divisão não é fechada, pois nem sempre é possível dividir um número natural por outro número natural de forma exata. Quando a divisão não é exata, temos um resto diferente de zero.



Princípios fundamentais em uma divisão de números naturais

- **Em uma divisão exata de números naturais, o divisor deve ser menor do que o dividendo. 45 :** 9 = 5
- Em uma divisão exata de números naturais, o dividendo é o produto do divisor pelo quociente. 45 = 5 x 9
- **A divisão de um número natural n por zero não é possível, pois, se admitíssemos que o quociente fosse q, então poderíamos escrever:** n ÷ 0 = q e isto significaria que: n = 0 x q = 0 o que não é correto! Assim, a divisão de n por 0 não tem sentido ou ainda é dita impossível.

Propriedades da Adição e da Multiplicação dos números Naturais

Para todo a, b e c em N

- **1) Associativa da adição:** (a + b) + c = a + (b + c)
- **2) Comutativa da adição:** a + b = b + a
- **3) Elemento neutro da adição:** a + 0 = a
- **4) Associativa da multiplicação:** (a.b).c = a. (b.c)
- **5) Comutativa da multiplicação:** a.b = b.a
- **6) Elemento neutro da multiplicação:** a.1 = a
- **7) Distributiva da multiplicação relativamente à adição:** a.(b + c) = ab + ac
- **8) Distributiva da multiplicação relativamente à subtração:** a .(b – c) = ab – ac
- **9) Fechamento:** tanto a adição como a multiplicação de um número natural por outro número natural, continua como resultado um número natural.

Exemplos:

1) Em uma gráfica, a máquina utilizada para imprimir certo tipo de calendário está com defeito, e, após imprimir 5 calendários perfeitos (P), o próximo sai com defeito (D), conforme mostra o esquema.

Considerando que, ao se imprimir um lote com 5 000 calendários, os cinco primeiros saíram perfeitos e o sexto saiu com defeito e que essa mesma sequência se manteve durante toda a impressão do lote, é correto dizer que o número de calendários perfeitos desse lote foi

(A) 3 642.
(B) 3 828.
(C) 4 093.
(D) 4 167.
(E) 4 256.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES

CULTURA GERAL: FATOS POLÍTICOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DO MUNICÍPIO, DO ESTADO, DO BRASIL E DO MUNDO OCORRIDOS NOS ÚLTIMOS 05 (CINCO) ANOS, DIVULGADOS NA MÍDIA NACIONAL E INTERNACIONAL; ATUALIDADES NOS ASSUNTOS RELACIONADOS COM ECONOMIA, ECOLOGIA, HISTÓRIA, POLÍTICA, MEIO AMBIENTE, JUSTIÇA, SEGURANÇA PÚBLICA, SAÚDE, CULTURA, EDUCAÇÃO, RELIGIÃO, QUALIDADE DE VIDA, ESPORTES, TURISMO, GEORREFERENCIAMENTO, INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS E CIENTÍFICAS DO MUNICÍPIO, DO ESTADO, DO BRASIL E DO MUNDO; HUMANIDADES: MOVIMENTOS ARTÍSTICOS, CULTURAIS E SOCIAIS DO MUNICÍPIO, DO ESTADO, DO BRASIL E DO MUNDO; QUESTÕES DA REALIDADE, ECONÔMICA, CULTURAL, HISTÓRIA, GEOGRÁFICA E SOCIOAMBIENTAL DO MUNICÍPIO, DO ESTADO, DO BRASIL E DO MUNDO

A importância do estudo de atualidades

Dentre todas as disciplinas com as quais concurseiros e estudantes de todo o país se preocupam, a de atualidades tem se tornado cada vez mais relevante. Quando pensamos em matemática, língua portuguesa, biologia, entre outras disciplinas, inevitavelmente as colocamos em um patamar mais elevado que outras que nos parecem menos importantes, pois de algum modo nos é ensinado a hierarquizar a relevância de certos conhecimentos desde os tempos de escola.

No, entanto, atualidades é o único tema que insere o indivíduo no estudo do momento presente, seus acontecimentos, eventos e transformações. O conhecimento do mundo em que se vive de modo algum deve ser visto como irrelevante no estudo para concursos, pois permite que o indivíduo vá além do conhecimento técnico e explore novas perspectivas quanto à conhecimento de mundo.

Em sua grande maioria, as questões de atualidades em concursos são sobre fatos e acontecimentos de interesse público, mas podem também apresentar conhecimentos específicos do meio político, social ou econômico, sejam eles sobre música, arte, política, economia, figuras públicas, leis etc. Seja qual for a área, as questões de atualidades auxiliam as bancas a peneirarem os candidatos e selecionarem os melhores preparados não apenas de modo técnico.

Sendo assim, estudar atualidades é o ato de se manter constantemente informado. Os temas de atualidades em concursos são sempre relevantes. É certo que nem todas as notícias que você vê na televisão ou ouve no rádio aparecem nas questões, manter-se informado, porém, sobre as principais notícias de relevância nacional e internacional em pauta é o caminho, pois são debates de extrema recorrência na mídia.

O grande desafio, nos tempos atuais, é separar o joio do trigo. Com o grande fluxo de informações que recebemos diariamente, é preciso filtrar com sabedoria o que de fato se está consumindo. Por diversas vezes, os meios de comunicação (TV, internet, rádio etc.) adaptam o formato jornalístico ou informacional para transmitirem outros tipos de informação, como fofocas, vidas de celebridades, futebol, acontecimentos de novelas, que não devem de modo algum serem inseridos como parte do estudo de atualidades. Os interesses pessoais em assuntos deste cunho não são condenáveis de modo algum, mas são triviais quanto ao estudo.

Ainda assim, mesmo que tentemos nos manter atualizados através de revistas e telejornais, o fluxo interminável e ininterrupto de informações veiculados impede que saibamos de fato como estudar. Apostilas e livros de concursos impressos também se tornam rapidamente desatualizados e obsoletos, pois atualidades é uma disciplina que se renova a cada instante.

O mundo da informação está cada vez mais virtual e tecnológico, as sociedades se informam pela internet e as compartilham em velocidades incalculáveis. Pensando nisso, a editora prepara mensalmente o material de atualidades de mais diversos campos do conhecimento (tecnologia, Brasil, política, ética, meio ambiente, jurisdição etc.) na "Área do Cliente".

Lá, o concurseiro encontrará um material completo de aula preparado com muito carinho para seu melhor aproveitamento. Com o material disponibilizado online, você poderá conferir e checar os fatos e fontes de imediato através dos veículos de comunicação virtuais, tornando a ponte entre o estudo desta disciplina tão fluida e a veracidade das informações um caminho certeiro.

CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES: ASPECTOS GEOGRÁFICOS, HISTÓRICOS, FÍSICOS, ECONÔMICOS, SOCIAIS, POLÍTICOS E ESTATÍSTICOS DO MUNICÍPIO, DO ESTADO, DO BRASIL E DO MUNDO

Aspectos geográficos e físicos do Município, do Estado, do Brasil e do mundo

- **A base física de Porto Velho e de Rondônia**

A capital de Rondônia situa-se às margens do rio Madeira, um dos principais afluentes do rio Amazonas, e essa condição ribeirinha molda praticamente todos os traços físicos e econômicos do município. O relevo predominante na região é de planície e planalto rebaixado, com altitudes modestas e grande presença de áreas de várzea sujeitas a inundações sazonais.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

O regime pluviométrico é marcado por uma estação chuvosa concentrada entre os meses finais do ano e o início do ano seguinte, alternada com um período mais seco, característica típica do clima equatorial e tropical úmido que recobre toda a Amazônia Ocidental. A vegetação original é a floresta ombrófila densa, com formações de floresta aberta e, em alguns trechos, campos naturais e áreas de transição, o que confere ao território uma biodiversidade elevada e, ao mesmo tempo, grande sensibilidade ambiental a processos de desmatamento e alteração do uso do solo.

Hidrografia e a importância do rio Madeira

O rio Madeira constitui o eixo estruturante da geografia física local. Formado pela confluência de grandes rios que nascem na Bolívia e no Peru, ele percorre uma extensa planície antes de desaguar no Amazonas, e seu curso apresenta trechos de corredeiras que historicamente limitaram a navegação contínua entre o interior e o restante da bacia amazônica. Essa particularidade física foi determinante tanto para a ocupação humana da região quanto para empreendimentos de infraestrutura voltados ao aproveitamento do potencial hídrico do rio, hoje utilizado também para geração de energia elétrica. A dinâmica fluvial do Madeira, com variações expressivas de vazão entre os períodos de cheia e de vazante, segue influenciando a vida cotidiana da população ribeirinha e a logística de transporte de pessoas e mercadorias.

Clima equatorial e paisagem florestal

O clima quente e úmido, com índices pluviométricos elevados e amplitude térmica reduzida ao longo do ano, favorece a manutenção da cobertura florestal onde ela ainda se preserva, mas também impõe desafios específicos de drenagem urbana e de conservação de estradas e edificações. A paisagem florestal amazônica que envolve Porto Velho não é homogênea: alterna áreas de mata primária, trechos já convertidos em pastagens e lavouras, e unidades de conservação ambiental que buscam resguardar remanescentes significativos de biodiversidade. Essa combinação de floresta, rio e clima úmido define o que se costuma chamar de paisagem amazônica típica, compartilhada, com variações locais, por todo o estado de Rondônia.

A inserção geográfica do Brasil no continente e no mundo

O Brasil ocupa a porção centro-oriental da América do Sul, com litoral voltado para o oceano Atlântico e fronteiras terrestres com praticamente todos os demais países sul-americanos, exceto Chile e Equador. Essa posição confere ao país papel de destaque na integração regional, seja pelas bacias hidrográficas compartilhadas, seja pelos corredores de infraestrutura que conectam o interior do continente ao litoral atlântico. Em termos de extensão territorial, o Brasil figura entre os maiores países do mundo, com dimensões continentais que resultam em grande diversidade de climas, relevos, biomas e fusos horários internos, embora o país adote, para fins administrativos, um número reduzido de horários oficiais em relação à sua extensão longitudinal.

Divisão regional brasileira e a posição da Região Norte

A divisão oficial do território brasileiro em cinco grandes regiões, entre elas a Região Norte, à qual pertence Rondônia, busca agrupar unidades federativas com certa similaridade física, histórica e socioeconômica, ainda que o critério não seja absoluto e varie conforme a finalidade do agrupamento. A Região Norte concentra a maior parte da floresta amazônica brasileira e apresenta a menor densidade demográfica entre as regiões do país, combinada a uma rede urbana historicamente concentrada ao longo dos grandes rios. Essa configuração geográfica explica por que, até décadas recentes, a integração rodoviária entre os estados do Norte e o restante do Brasil permaneceu incompleta, com a navegação fluvial desempenhando papel estruturante no deslocamento de pessoas e cargas.

O Brasil no contexto geográfico mundial

No cenário mundial, o Brasil integra o conjunto de países de dimensão continental, ao lado de nações como Rússia, Canadá, China, Estados Unidos e Austrália, o que lhe confere relevância geopolítica associada à disponibilidade de recursos naturais, à extensão de fronteiras e ao potencial de produção agropecuária e mineral. A posição predominantemente tropical e subtropical do território, somada à presença da maior extensão de floresta tropical úmida contínua do planeta, insere o país em discussões internacionais sobre clima, biodiversidade e uso sustentável dos recursos naturais, temas que repercutem diretamente sobre regiões como a própria Amazônia Ocidental, onde se localizam Rondônia e sua capital.

Nível geográfico	Elemento físico de destaque	Relação com os demais níveis
Município (Porto Velho)	Rio Madeira e planície amazônica	Parte da bacia do Madeira, afluente do Amazonas
Estado (Rondônia)	Floresta ombrófila densa e relevo de planalto rebaixado	Integra a Amazônia Ocidental brasileira
Brasil	Bacia Amazônica e litoral atlântico	Compartilha a Amazônia com países vizinhos
Mundo	Países de dimensão continental	O Brasil figura entre as maiores extensões territoriais do planeta

A tabela apresentada acima evidencia como um mesmo elemento físico, a bacia hidrográfica amazônica, articula escalas geográficas distintas: o curso local do rio Madeira é parte de um sistema fluvial que conecta o município à totalidade da bacia amazônica e, por extensão, a um debate ambiental de alcance internacional. Compreender a geografia física de Porto Velho, portanto, exige observar simultaneamente a escala local da paisagem ribeirinha e a escala continental da floresta amazônica, sem que uma anule a relevância da outra.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

LEGISLAÇÃO SAÚDE

LEGISLAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA: CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, COM AS EMENDAS CONSTITUCIONAIS: ARTS. 196 A 200

- **Saúde**

A saúde é direito de todos e dever do Estado. Segundo o artigo 197, da Constituição, as ações e os serviços de saúde devem ser executados diretamente pelo poder público ou por meio de terceiros, tanto por pessoas físicas quanto jurídicas.

A responsabilidade em matéria de saúde é solidária entre os entes federados.

Diretrizes da Saúde:

De acordo com o Art. 198, da CF, as ações e os serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único – o SUS –, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I – descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II – atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III – participação da comunidade.

- **A Saúde e a Iniciativa Privada**

Referente ao Artigo 199, da CF, a assistência à saúde é livre à iniciativa privada e instituições privadas poderão participar de forma complementar do SUS, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

- **Atribuições Constitucionais do SUS**

Por fim, o Artigo 200 da CF, elenca quais atribuições são de competência do SUS.

SEÇÃO II
DA SAÚDE

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:(Vide ADPF 672)

I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III - participação da comunidade.

§1º O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes.(Parágrafo único renumerado para §1º pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

§2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados sobre:(Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

I - no caso da União, a receita corrente líquida do respectivo exercício financeiro, não podendo ser inferior a 15% (quinze por cento); (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015)

II - no caso dos Estados e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 155 e 156 - A e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, I, "a", e II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 156 e 156 - A e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, I, "b", e §3º. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§3º Lei complementar, que será reavaliada pelo menos a cada cinco anos, estabelecerá:(Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)Regulamento

I - os percentuais de que tratam os incisos II e III do §2º; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015)

II – os critérios de rateio dos recursos da União vinculados à saúde destinados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, e dos Estados destinados a seus respectivos Municípios, objetivando a progressiva redução das disparidades regionais;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

III – as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas esferas federal, estadual, distrital e municipal;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

IV - (revogado).(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015)

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

§4º Os gestores locais do sistema único de saúde poderão admitir agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias por meio de processo seletivo público, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 51, de 2006)

§5º Lei federal disporá sobre o regime jurídico, o piso salarial profissional nacional, as diretrizes para os Planos de Carreira e a regulamentação das atividades de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias, competindo à União, nos termos da lei, prestar assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, para o cumprimento do referido piso salarial. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 2010)Regulamento

§6º Além das hipóteses previstas no §1º do art. 41 e no §4º do art. 169 da Constituição Federal, o servidor que exerça funções equivalentes às de agente comunitário de saúde ou de agente de combate às endemias poderá perder o cargo em caso de descumprimento dos requisitos específicos, fixados em lei, para o seu exercício.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 51, de 2006)

§7º O vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias fica sob responsabilidade da União, e cabe aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer, além de outros consectários e vantagens, incentivos, auxílios, gratificações e indenizações, a fim de valorizar o trabalho desses profissionais.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 120, de 2022)

§8º Os recursos destinados ao pagamento do vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias serão consignados no orçamento geral da União com dotação própria e exclusiva.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 120, de 2022)

§9º O vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias não será inferior a 2 (dois) salários mínimos, repassados pela União aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 120, de 2022)

§10. Os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias terão também, em razão dos riscos inerentes às funções desempenhadas, aposentadoria especial e, somado aos seus vencimentos, adicional de insalubridade.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 120, de 2022)

§11. Os recursos financeiros repassados pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias não serão objeto de inclusão no cálculo para fins do limite de despesa com pessoal.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 120, de 2022)

§12. Lei federal instituirá pisos salariais profissionais nacionais para o enfermeiro, o técnico de enfermagem, o auxiliar de enfermagem e a parteira, a serem observados por pessoas jurídicas de direito público e de direito privado.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 124, de 2022)

§13. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, até o final do exercício financeiro em que for publicada a lei de que trata o §12 deste artigo, adequarão a remuneração dos cargos ou dos respectivos planos de carreiras, quando houver, de modo a atender aos pisos estabelecidos para cada categoria profissional.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 124, de 2022)

§14. Compete à União, nos termos da lei, prestar assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios e às entidades filantrópicas, bem como aos prestadores de serviços contratualizados que atendam, no mínimo, 60% (sessenta por cento) de seus pacientes pelo sistema único de saúde, para o cumprimento dos pisos salariais de que trata o §12 deste artigo.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 127, de 2022)

§15. Os recursos federais destinados aos pagamentos da assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios e às entidades filantrópicas, bem como aos prestadores de serviços contratualizados que atendam, no mínimo, 60% (sessenta por cento) de seus pacientes pelo sistema único de saúde, para o cumprimento dos pisos salariais de que trata o §12 deste artigo serão consignados no orçamento geral da União com dotação própria e exclusiva.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 127, de 2022)

Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

§1º As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

§2º É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

§3º - É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, salvo nos casos previstos em lei.

§4º A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, sendo vedado todo tipo de comercialização.

Art. 200. Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:

I - controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos;

II - executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador;

III - ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde;

IV - participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico;

V - incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015)

VI - fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano;

VII - participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos;

VIII - colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.

[...]

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CÓDIGO DE ÉTICA E DEONTOLOGIA PROFISSIONAL DA TERAPIA OCUPACIONA

Base normativa do exercício profissional e responsabilidade do terapeuta ocupacional

Regulamentação profissional e sistema COFFITO/CREFITOs

O exercício da Terapia Ocupacional no Brasil possui base legal própria. O Decreto-Lei nº 938/1969 reconheceu e regulamentou as profissões de fisioterapeuta e terapeuta ocupacional, estabelecendo o exercício profissional dentro de competências legalmente definidas. A Lei nº 6.316/1975 criou o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, estruturando fiscalização, registro e disciplina profissional. Esse sistema normativo delimita direitos e deveres que acompanham a atuação em serviços públicos, privados, hospitalares, territoriais, educacionais e sociais. O profissional deve manter regularidade perante o conselho competente e atuar apenas em atividades para as quais tenha formação, competência e respaldo normativo.

Resolução COFFITO nº 81/1987 e atos profissionais

A Resolução COFFITO nº 81/1987 trata de atos complementares ao exercício profissional do terapeuta ocupacional e permanece referência histórica importante para caracterizar ações próprias da profissão. A prática atual, contudo, também é detalhada por resoluções posteriores relacionadas a especialidades e contextos específicos. Interpretar a atuação exige considerar o conjunto normativo vigente, evitando utilizar uma resolução antiga de forma isolada quando normas mais recentes detalham determinado campo. A responsabilidade profissional inclui conhecer alterações aplicáveis à área em que atua e não apresentar como competência própria um procedimento que dependa de qualificação específica.

Competência técnica, limites e atualização normativa

Competência profissional reúne conhecimento, habilidade, julgamento e condições concretas para executar determinada ação com segurança. Ter autorização geral para atuar em um campo não significa dominar toda técnica possível dentro dele. O terapeuta ocupacional precisa reconhecer limites de formação, buscar qualificação quando necessário e encaminhar situações que ultrapassem sua capacidade. Essa obrigação é especialmente relevante em procedimentos especializados, confecção de dispositivos, práticas invasivas ou intervenções que envolvem riscos específicos. Instituições também possuem responsabilidades ao definir protocolos, equipamentos disponíveis e condições de trabalho.

Especialidades reconhecidas e campos regulamentados

O COFFITO possui resoluções que reconhecem especialidades da Terapia Ocupacional, entre elas Acupuntura, Contextos Sociais, Saúde da Família, Saúde Mental, Contextos Hospitalares, Gerontologia e Contexto Escolar. Entre as referências estão as Resoluções nº 405/2011, nº 406/2011, nº 407/2011, nº 408/2011, nº 429/2013, nº 477/2016 e nº 500/2018. Em 2025, novas normas organizaram aspectos do registro de qualificação e dos títulos de especialista, exigindo atenção às regras vigentes para apresentação profissional. O reconhecimento de uma especialidade não dispensa cumprimento das exigências de habilitação correspondentes.

A tabela organiza normas estruturantes pela finalidade, sem substituir a consulta às regras vigentes no exercício concreto.

Norma	Escopo principal	Implicação prática
Decreto-Lei nº 938/1969	regulamentação das profissões	delimita fundamento legal do exercício profissional
Lei nº 6.316/1975	criação do COFFITO e dos CREFITOs	estabelece sistema de registro, fiscalização e disciplina
Resolução COFFITO nº 81/1987	atos profissionais complementares	orienta competências gerais da Terapia Ocupacional
Resoluções de especialidades	campos específicos de atuação	detalham competências e requisitos próprios

A leitura conjunta ajuda a distinguir fundamento legal, fiscalização e regulamentação técnica. O terapeuta ocupacional precisa relacionar a norma ao contexto em que atua, mantendo-se atento a atualizações e exigências específicas de qualificação.

Responsabilidade técnica em instituições e trabalho multiprofissional

Atuar em equipe não dilui a responsabilidade de cada profissional. O terapeuta ocupacional responde pelos atos que executa, pelos registros que produz e pelos limites de sua competência, mesmo quando uma conduta foi solicitada por outro integrante da equipe. Solicitações incompatíveis com

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

atribuições profissionais precisam ser discutidas e, quando necessário, recusadas de forma fundamentada, preservando continuidade do cuidado. Da mesma maneira, assumir função de coordenação ou responsabilidade técnica implica organizar condições para prática compatível com normas, sem autorizar procedimentos apenas para atender metas administrativas.

Protocolos institucionais são referências importantes, porém não substituem o julgamento profissional nem podem contrariar normas superiores. Quando um serviço adota rotina que compromete sigilo, documentação ou segurança, o profissional deve utilizar os canais institucionais apropriados para comunicar o problema. A atuação ética envolve tanto a relação direta com usuários quanto a organização das condições em que o cuidado acontece.

Ética e deontologia no cotidiano profissional

Código de Ética e Deontologia da Terapia Ocupacional

A Resolução COFFITO nº 425/2013 estabelece o Código de Ética e Deontologia da Terapia Ocupacional. O código orienta deveres relativos a respeito à dignidade, responsabilidade, competência, relações profissionais, sigilo, publicidade e proteção do usuário. Ética profissional não se resume a evitar punições; ela orienta decisões em situações nas quais interesses, direitos e riscos precisam ser equilibrados. O terapeuta deve tratar pessoas sem discriminação, proteger informações obtidas no cuidado e manter comunicação compatível com sua responsabilidade técnica. Também não deve prometer resultados que não possam ser garantidos ou utilizar a vulnerabilidade do usuário para obter vantagem.

Sigilo, privacidade e compartilhamento de informações

Informações clínicas e ocupacionais são confidenciais. O fato de vários profissionais integrarem a mesma equipe não autoriza circulação irrestrita de qualquer detalhe pessoal. O compartilhamento deve ser pertinente ao cuidado e respeitar responsabilidades institucionais e legais. Conversas em corredores, grupos de mensagens informais ou exposição desnecessária de imagens podem violar privacidade. Em atividades grupais, o terapeuta também precisa orientar participantes sobre respeito às informações compartilhadas, reconhecendo que não controla integralmente o comportamento de terceiros. Quando existe dever legal ou risco que justifique compartilhamento, a decisão deve seguir normas aplicáveis e limitar-se ao necessário.

Prontuário, registros e responsabilidade documental

A Resolução COFFITO nº 415/2012 disciplina a obrigatoriedade do registro em prontuário pelo terapeuta ocupacional e aspectos relacionados à guarda e descarte. O registro clínico documenta avaliação, objetivos, intervenções, respostas, orientações e decisões relevantes. Deve ser claro, datado, identificável e compatível com o cuidado prestado. Informações vagas como “paciente bem” ou “realizada atividade” não permitem compreender raciocínio terapêutico nem continuidade. Ao mesmo tempo, o prontuário não deve acumular julgamentos pessoais ou detalhes sem relação com a assistência.

Qualidade do registro e comunicação responsável

Um bom registro descreve desempenho observado, barreiras, recursos utilizados e resposta à intervenção. Quando há recusa de uma proposta, deve documentar o que foi oferecido e as orientações pertinentes sem atribuir rótulos depreciativos. Correções seguem regras institucionais e não devem apagar indevidamente informações anteriores. Em serviços eletrônicos, acesso precisa respeitar perfis autorizados e proteção de dados. O terapeuta é responsável pelo conteúdo que registra e deve evitar copiar textos de outros atendimentos que não correspondam à situação atual.

Relações profissionais, publicidade e apresentação de resultados

A comunicação pública do trabalho deve preservar veracidade, dignidade dos usuários e limites de confidencialidade. Imagens clínicas, relatos de casos e comparações de “antes e depois” podem expor pessoas mesmo quando nomes não são mencionados, sobretudo em situações raras ou facilmente reconhecíveis. Consentimento específico e regras profissionais precisam ser observados quando houver uso permitido de informações ou imagens. A publicidade não deve prometer cura, resultado garantido ou superioridade baseada em afirmações sem sustentação. O mesmo cuidado vale para redes sociais e ambientes digitais vinculados ao exercício profissional.

Relações com colegas exigem respeito às competências e comunicação responsável. Divergências técnicas podem ser discutidas sem desqualificação pública ou disputa pela posse do caso. Quando há risco para o usuário, o dever de comunicar a situação pelos meios adequados prevalece sobre conveniência entre profissionais. Encaminhar para outra categoria ou especialista não representa perda de autonomia profissional; demonstra reconhecimento de limites e compromisso com cuidado integral.

Conflitos de interesse e proteção da relação terapêutica

A relação profissional não deve ser utilizada para obter benefícios pessoais, financeiros ou afetivos incompatíveis com o cuidado. Ofertas de produtos, serviços paralelos ou vantagens precisam ser analisadas à luz das normas éticas e da vulnerabilidade do usuário. Também é inadequado condicionar qualidade do atendimento a presentes, favores ou vínculos externos. Limites claros protegem ambas as partes e preservam confiança. Quando surge situação capaz de comprometer imparcialidade, o terapeuta precisa reconhecer o conflito e adotar conduta compatível com responsabilidades profissionais e institucionais.

Diante de um impasse ético, algumas ações ajudam a organizar a decisão profissional sem substituir as normas específicas do caso:

- Identificar os fatos relevantes e separar informação confirmada de interpretações ou pressões externas.
- Reconhecer direitos, deveres profissionais e possíveis riscos para a pessoa atendida.
- Escutar preferências do usuário e verificar se a comunicação foi acessível e suficiente.
- Considerar alternativas menos restritivas ou com menor potencial de dano quando existirem.
- Registrar a decisão, sua justificativa e os encaminhamentos necessários com linguagem profissional.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.